



RESEARCH ARTICLE

OPEN ACCESS

CONTRIBUIÇÕES DE DOMINIQUE MAINGUENEAU PARA ANÁLISE DE DISCURSO RELIGIOSO

¹Alexandre Ribeiro Lessa and ²Edvania Gomes da Silva

¹PhD in Memory: Language and Society; Coordination of Superior Level Staff Improvement (CAPES/BRAZIL); Research Laboratory in Discourse Analysis (LAPADis/UESB); State University of Southwest Bahia (UESB/BRAZIL); Professor of Business Administration Graduate Program at Southwest College (FASU/BRAZIL)

²PhD in Linguistics at State University of Campinas (UNICAMP); Professor of the Postgraduate Program in Linguistics and the Postgraduate Program in Memory: Language and Society at the State University of Southwest Bahia (UESB) Research Laboratory in Discourse Analysis (LAPADis/UESB); State University of Southwest Bahia (UESB/BRAZIL)

ARTICLE INFO

Article History:

Received 14th August, 2019
Received in revised form
19th September, 2019
Accepted 22nd October, 2019
Published online 20th November, 2019

Key Words:

Discurso religioso,
Análise de Discurso.

ABSTRACT

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa conduzida no Laboratório de Pesquisa em Análise de Discurso da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia sobre as contribuições de Dominique Maingueneau para a análise de discurso religioso no escopo dos estudos Análise de Discurso Francesa. O corpus é composto pelas literaturas escritas pelo autor que abordam as noções de discurso constituinte e discurso literário, procedendo as devidas reconfigurações para fazê-las funcionar no que diz respeito ao discurso religioso. Os resultados mostram as importantes noções teóricas do autor para área, ainda que não tenha escrito nenhum texto especificamente sobre o assunto, e também para a necessidade da continuidade de pesquisa na área.

Copyright © 2019, Alexandre Ribeiro Lessa and Edvania Gomes da Silva. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Citation: Alexandre Ribeiro Lessa and Edvania Gomes da Silva. 2019. "Contribuições de dominique maingueneau para análise de discurso religioso", *International Journal of Development Research*, 09, (11), 31306-31310.

INTRODUCTION

Durante o período de nossas pesquisas de mestrado e de doutorado no Programa de Pós-graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, sob a orientação da profa Dra. Edvania Gomes da Silva, temos lidado com o discurso religioso e suas interações com outros discursos. Em nossa dissertação, tratamos das relações entre memória, discurso político e discurso religioso nas eleições presidenciais brasileiras de 2010. O referido pleito foi marcado não só pela chegada da primeira mulher ao cargo de maior importância política do país, mas também, pelo forte apelo à temática religiosa na campanha eleitoral. Durante a pesquisa que resultou na referida dissertação, analisamos o papel da memória no funcionamento discursivo da campanha eleitoral presidencial de 2010 e discutimos os efeitos de sentido relacionados àquele acontecimento. Desta primeira pesquisa, demos um outro passo, onde, neste segundo momento, agora em processo de doutoramento, percebemos àquela altura que, ainda que as pesquisas referentes ao discurso

religioso na AD estivessem ganhando corpo, havia várias lacunas relacionadas à conceituação mais específica do que este discurso vem a ser, bem como quais são as suas nuances e funcionamentos. Este artigo, portanto, é fruto do primeiro capítulo de uma tese de doutorado, que se propôs, dentre outras coisas, a tentar sistematizar as características do discurso religioso, contribuindo assim para a comunidade acadêmica.

MATERIAIS E MÉTODOS

Antes de prosseguirmos é preciso destacarmos as contribuições de alguns autores para as pesquisas relacionadas ao discurso religioso, como aquelas encontradas *Aparelhos Ideológicos do Estado* (1974), onde Louis Althusser, que se insere no âmbito do discurso marxista, propõe uma releitura de Marx por meio da qual vincula o marxismo ao quadro do Estruturalismo, e assim conceitua a noção de ideologia citando como exemplo, aquilo que chama de *ideologia religiosa cristã*, contruindo assim com as

formulações de Sujeito e sujeito. Além do autor Francês, é preciso mencionar o trabalho da brasileira Eni Orlandi (2011), para quem o discurso religioso possui características gerais e características peculiares a certas classes de discurso como, por exemplo, o discurso teológico e o discurso bíblico. Para Orlandi (2011) o discurso religioso seria aquele em que há uma relação espontânea com o sagrado, havendo um desnivelamento, uma assimetria na relação entre o locutor e o ouvinte – o locutor está no plano espiritual (Deus), e o ouvinte está no plano temporal (os adoradores). Segunda esta perspectiva a voz no discurso religioso se fala em seus representantes (padre, pastor, profeta), e essa seria uma forma de relação simbólica. Segundo a autora brasileira, a interpretação da palavra de Deus é regulada, ou seja, os sentidos não podem ser quaisquer sentidos, o que conduziria o discurso religioso a tender fortemente para a monossemia. Para Orlandi, a fé separa os fiéis dos não fiéis, os convictos dos não convictos. Logo, é o parâmetro pelo qual se delimita a comunidade e se constitui o escopo do discurso religioso em suas duas formações características: para os que creem, o discurso religioso é uma promessa, para os que não creem é uma ameaça. Porém, para além destes autores, estão os postulados de Dominique Maingueneau (2001 e 2014); Neste artigo, apresentamos as principais contribuições de Maingueneau para a conceituação de discurso religioso. A que se dizer que Maingueneau não escreveu um texto específico ou um livro sobre o discurso religioso. A contribuição deste artigo é, portanto, partir das análises de Maingueneau sobre discurso constituinte (2000) e discurso literário (2014) – que segundo o próprio autor tem um funcionamento parecido com o nosso objeto de estudo -, e a partir daí, fazer as devidas reconfigurações para fazê-las funcionar no que diz respeito ao discurso religioso.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao escrever sobre o discurso literário, Maingueneau (2014, p. 60) afirma que uma análise consequente deste tipo de discurso deve fundar-se em conceitos e métodos que sejam válidos, ao menos parcialmente, para outros tipos de discurso. Nesse sentido, o autor desenvolve a hipótese de que o discurso literário, ainda que tenha sua especificidade própria, não é isolado, antes, participa de um determinado plano de produção verbal comum a outros discursos: o dos discursos constituintes. O autor francês afirma ainda que a noção de “discurso constituinte” se lhe impôs progressivamente como consequência de pesquisas em diversos corpora, mais especificamente, quando tratou do discurso religioso, do científico, do filosófico e do literário. Nesse sentido, afirma Maingueneau: “Quando se trabalha sobre discursos à primeira vista tão diferentes e quando se percebe que muitas categorias são facilmente transferíveis de um para o outro, chega-se muito naturalmente à hipótese de que existe um domínio específico no seio da produção verbal de uma sociedade, a dos discursos que eu proponho chamar constituintes, que partilham um certo número de propriedades quanto as suas condições de emergência, de funcionamento e de circulação. Naturalmente, o discurso religioso e a literatura, por exemplo, são estudados seriamente há séculos por centenas e milhares de pessoas, mas analisá-los conjuntamente, enquanto uma nova unidade discursiva abre um interessante programa de pesquisa” (MAINGUENEAU, 2000, p. 5-6). Para exemplificar o funcionamento que caracteriza os discursos constituintes, Maingueneau (2000, p. 6) explica que quando há um debate sobre determinado problema social, solicita-se a opinião de

sujeitos que falam em nome da religião, da ciência, da filosofia e, que isso, por sua vez, tem como efeito mostrar que os discursos dos quais eles são porta-vozes são, de alguma forma, discursos últimos, “para além dos quais não há senão o indizível, de que eles se confrontam com o Absoluto”, e assim, “esses discursos são aqueles que dão sentido aos atos da coletividade, e que são a garantia de múltiplos outros, o jornalista às voltas com um ‘debate sobre um problema social’ recorrerá muito naturalmente à autoridade desses sujeitos” (MAINGUENEAU, 2000, p. 6). É desta forma que os discursos constituintes possuem um estatuto singular, o de serem, como afirma o autor, zonas de fala, em meio a outras falas, que pretendem estar acima de todas as outras, ou seja, são: “Discursos-limite, situados sobre um limite e lidando com o limite, eles devem gerar textualmente os paradoxos que implicam seu estatuto. Junto com eles vêm à tona, em toda sua acuidade, as questões relativas ao carisma, à Encarnação, à delegação do Absoluto: para não se autorizarem apenas por si mesmos, devem aparecer como ligados a uma fonte legitimante” (MAINGUENEAU, 2000, p. 6).

Diante do exposto, classificar o discurso religioso como constituinte permite melhor apreender as relações entre religião e filosofia, religião e literatura, etc. Vale salientar que, ainda segundo Maingueneau, a expressão discurso constituinte “designa fundamentalmente os discursos que se propõem como discursos de Origem, validados por uma cena de enunciação que autoriza a si mesma” (MAINGUENEAU, 2014, p. 60). Neste tipo de discurso “a questão da autoridade da fala [...], se funda no estatuto, de uma fonte enunciativa que participa ao mesmo tempo do mundo comum e de forças que excedem ao mundo dos homens” (MAINGUENEAU, 2014, p. 60). Nesta esteira, falar de “discurso constituinte”, segundo Maingueneau (2000 e 2014), é definir uma categoria de estatuto tipológico um tanto incerto, pois, ainda que os analistas do discurso manipulem habitualmente tipologias linguísticas, funcionais e situacionais, os discursos constituintes não se deixam incluir em nenhum desses três grupos de tipologias, pois eles atravessam tais tipologias, fazendo uso, ao mesmo tempo, de propriedades enunciativas, funcionais e situacionais. É desta forma que: “Com efeito, agrupamentos de discursos do tipo ‘religiosos’, ‘científicos’, ‘literários’, ‘filosóficos’, para citar os mais evidentes, implicam uma certa função (fundar e não ser fundado por um outro discurso), um certo recorte de situações de comunicação de uma sociedade (há lugares, gêneros ligados a tais discursos constituintes) e um certo número de invariantes enunciativos. Pode-se então falar aqui de uma categoria propriamente discursiva que não se deixa reduzir nem a uma grade estritamente linguística, nem a uma grade de ordem sociológica ou psicossociológica. Tais discursos partilham numerosas propriedades ligadas a sua maneira específica de se inscrever no interdiscurso, de fazer emergir seus enunciados e de fazê-los circular. Para além das diferenças manifestas de conteúdo entre eles, são tais invariantes que se trata de destacar” (MAINGUENEAU, 2000, p. 6).

Ao afirmar que a pretensão vinculada ao estatuto de discurso constituinte, e consequentemente do discurso religioso, é de fundar e de não ser fundado, Maingueneau, diz que este tipo de discurso é, ao mesmo tempo, auto e heteroconstituinte, pois “só um discurso que se constitui tematizando sua própria constituição pode desempenhar um papel constituinte para outros discursos” (MAINGUENEAU, 2000, p. 6), o que por sua vez remete à noção de archeion. Maingueneau (2014, p. 61)

afirma que “os discursos constituintes têm a seu cargo aquilo que se poderia chamar o archeion de uma coletividade”. A palavra grega ἀρχήιον (archeion) tem por principais significados “casa do senado”, “câmara municipal” ou “residência dos magistrados principais” (LIDELL, 1888, p. 121). Archeion tem como raiz a palavra ἀρχή (arché), que dá origem a expressão latina curia, e que, por sua vez, possui a característica “de sempre significar ‘primazia’, seja no tempo: ‘princípio’, ou no grau: ‘poder’, ‘domínio’, ‘ofício’” (DELLING, 1964, p. 479). Para Maingueneau, o archeion é “a sede da autoridade, um palácio, por exemplo, um corpo de magistrados, mas igualmente os arquivos públicos” e por isso, essa noção, associa, dessa maneira, “o trabalho de fundação no e pelo discurso, a determinação de um lugar vinculado com um corpo de locutores consagrados e uma elaboração da memória” (MAINGUENEAU, 2014, p. 61). Maingueneau (2014, p. 62) também defende que, na multiplicidade dos discursos constituintes, há uma disputa, uma concorrência, mesmo quando cada um deles, momentaneamente, pretende ser detentor exclusivo do archeion. Desta forma:

No ocidente, a história da cultura se estrutura por meio deste trabalho de delimitação recíproca de discursos que devem negociar o archeion. Outrora, o discurso filosófico e o discurso religioso lutaram para saber qual deles estava estabelecido de modo a atribuir um lugar a cada discurso. Esta pretensão foi contestada pelos defensores da superioridade do discurso científico, que se desenvolve afastando a todo instante a ameaça do religioso ou do filosófico (MAINGUENEAU, 2014, p. 63).

A disputa/concorrência entre os discursos constituintes revela como eles se excluem e se convocam simultaneamente, como veremos no tópico abaixo.

Os discursos constituintes, como vimos, têm o privilégio de legitimar-se ao refletir em seu funcionamento a sua própria constituição. Ainda segundo Maingueneau (2014, p. 62), em relação à constituição, “a pretensão associada a este estatuto advém da posição limite que ocupam no interdiscurso”, e, assim como também funcionam os demais discursos constituintes, não há, para o discurso religioso, nenhum outro discurso acima dele. Sobre isso, Maingueneau ainda assevera que: “Um dos pontos mais notáveis é que os discursos constituintes são múltiplos, em concorrência, embora cada um deles possa ter, em um momento ou em outro, a pretensão de ser o único detentor do archeion. Essa pluralidade é ao mesmo tempo irredutível e constitutiva de tais discursos, tecidos à partir de seus próprios retalhos. Deve-se, nesse ponto, recusar o ponto de vista espontaneísta e propor que o interdiscurso prima o discurso: cada discurso constituinte é inseparável da gestão dessa pluralidade, dessa impossível coexistência, aparecendo assim ao mesmo tempo interior e exterior aos outros, os quais ele atravessa e pelos quais é atravessado. Por muito tempo o discurso filosófico geriu essa pluralidade conferindo a si o direito de assinalar o lugar de cada discurso, pretensão constantemente contestada pelos que ele pretendia subordinar. O discurso científico é incapaz de se afirmar sem invocar à cada instante a ameaça que representam para ele os outros discursos, os quais, por sua vez, não cessam de renegociar seu estatuto em relação a ele” (MAINGUENEAU, 2000, p. 7). Assim, ao abordar as três dimensões da “constituição” dos discursos constituintes, Maingueneau (2000, p. 7) afirma que a justificativa para a escolha do termo constituinte para este agrupamento de discursos se deu pela

característica de explorar três valores semânticos associados ao verbo constituir e também ao seu derivado nominal: “constituição”. Nessa perspectiva: “A constituição como ação de estabelecer legalmente permite caracterizar o discurso como instaurando as modalidades de sua própria emergência no interdiscurso. Esta ideia se inscreve no prolongamento de certas correntes pragmáticas que vinculam estreitamente a enunciação e sua legitimação. A constituição como modo de organização, agenciamento de constituintes, permite pôr em evidência a coesão/coerência das totalidades textuais. A constituição como conjunto de disposições legais que determinam os direitos e deveres de cada um em uma coletividade permite assinalar que o discurso constituinte está precisamente destinado a servir de norma e de garantia aos comportamentos de uma coletividade, a delimitar o lugar comum das palavras que aí podem circular” (MAINGUENEAU, p. 7). Entretanto, em um texto mais atual, Maingueneau (2014, p. 62) cita apenas a constituição como ação de estabelecer e como modo de organização, excluindo a terceira noção da constituição, aquela que trata do conjunto de disposições legais. Outra questão aprimorada no texto mais recente está relacionada àquilo que o autor preferiu chamar de “constituência”, que, segundo o tradutor do texto, em nota, “é um termo usado em sentido idiossincrático, de auto instauração, autofundação, de caráter constituinte de discursos constituintes, não devendo ser confundido com o termo estruturalista homógrafo” (MAINGUENEAU, 2014, p. 62). Assim, o discurso religioso está em constante concorrência, por exemplo, com o discurso científico e com o discurso filosófico, embora advogue para si mesmo a pretensão de ser o detentor exclusivo do archeion. Para Maingueneau (2014, p. 63-64), essa pluralidade é ao mesmo tempo irredutível e constitutiva desses discursos, formando assim uma espécie de gestão de coexistência. É preciso levar em consideração que, além dos conflitos entre o discurso religioso e os demais discursos constituintes, há, internamente, um espaço de conflito permanente entre diversos posicionamentos, o que nos conduz ao estudo das comunidades discursivas.

A noção de posicionamento, apesar de se aproximar daquilo que no senso comum é chamado de doutrina, escola, teoria, partido, etc., é mais “elaborada” que essas outras noções, porque essas outras noções são demasiado pobres, já que não consideram o sistema de referência através do qual o discurso se constitui, se mantém, e que remete a outros discursos, pois “referir-se aos outros e referir-se a si mesmo não são atos distinguíveis senão de modo ilusório; o interdiscurso não se encontra no exterior de uma identidade fechada sobre suas próprias operações” (MAINGUENEAU, 2000, p. 7). Assim, para o autor francês, as diversas escolas teológicas da atualidade não funcionam da mesma forma que as correntes ou escolas de ciências naturais ou que os laboratórios de química, mas, em todos esses casos, o posicionamento supõe a existência de grupos mais ou menos institucionalizados, de comunidades discursivas que não existem senão pela e na enunciação dos textos que elas produzem e fazem circular. O posicionamento não é, portanto, apenas uma doutrina, é a imbricação de uma certa configuração textual e de um modo de existência de um conjunto de homens, em que se permite falar em “comunidade discursiva”, em que, “por um movimento de envolvimento recíproco, a comunidade é cimentada por discursos que são, no entanto, o produto desta própria comunidade discursiva” (MAINGUENEAU, 2000, p. 7). Segundo o autor francês (2000, p. 7), no discurso religioso, os conflitos entre posicionamentos correspondem a modos de

vida distintos. O discurso religioso pretende um alcance global, ou seja, pretende abranger o conjunto da sociedade, mas ele é elaborado localmente, em lugares institucionais restritos que imprimem sua marca sobre sua produção, que a moldam através de uma maneira de viver. Nessa perspectiva, ainda segundo Maingueneau (2000), para se estudar o discurso religioso, é preciso levar em conta a maneira pela qual funcionam os grupos que o produzem e gerem, e assim interrogar seus modos de emergência, de circulação e de consumo. No campo teológico, por exemplo, a escola calvinista, centrada na figura de um mestre venerado e estribada sobre um corpus dogmático, se opõe aos pietistas, para quem a ideia do estudo ou de uma escola era contraditória à liberdade do Espírito em falar na Escritura. Nestes dois casos, doutrina e funcionamento institucional são indissociáveis.

O caráter constituinte do discurso religioso confere uma autoridade particular a seus enunciados e, assim, “mais do que de ‘enunciado’, de ‘texto’, ou de ‘obra’, pode-se falar aqui de inscrições” (MAINGUENEAU, 2000, p. 8). Para o autor francês, o conceito de inscrição é totalmente diferente da simples escrita e, neste sentido, os enunciados orais do discurso religioso são “inscritos”, sendo que esta inscrição, “passa por vias distintas daquelas pelas quais passa o código gráfico” (MAINGUENEAU, 2000, p.8). É desta forma que a inscrição é radicalmente exemplar; ela segue exemplos e dá exemplo. Produzir uma inscrição é não tanto falar em próprio nome, mas seguir os traços de um Outro invisível, que associa os enunciadores modelos de seu posicionamento e, no limite, a presença daquela Fonte que funda o discurso constituinte: a Tradição, a Verdade, a Beleza... A inscrição se implanta pela defasagem de uma repetição constitutiva, a de um enunciado que se instala em uma rede saturada de outros enunciados (por filiação ou por rejeição) e se abre à possibilidade de uma reatualização. Por conseguinte, uma das características dos enunciados pertencentes ao discurso religioso é a de estarem ao mesmo tempo mais ou menos fechados em sua organização interna e de serem, portanto, “reinscritíveis” em outros discursos. É desta forma que, por sua maneira de se situar no interdiscurso, uma inscrição se dá como citável (MAINGUENEAU, 2000, p. 8). Para Maingueneau (2000, p. 9), “a inscrição que procede de um discurso constituinte se insere inevitavelmente no interior de uma hierarquia de gêneros de discurso”. Assim, a inscrição seria, portanto, uma propriedade essencial do discurso religioso, uma vez que, para o autor francês, “há enunciados mais ‘prestigiados’ que outros, por estarem mais próximos da Fonte legitimante” (MAINGUENEAU, 2000, p. 9). Desta forma, “uma hierarquia se instaura entre os textos que se supõem autoconstituintes e aqueles que se debruçam sobre eles para comentá-los, resumí-los, interpretá-los”. É assim que podemos compreender que certos textos adquirem um estatuto de inscrições últimas, tornando-se arquitextos:

Assim A ética de Spinoza ou A República de Platão para a filosofia, a Declaração dos Direitos do Homem para o discurso jurídico, os escritos dos Pais da Igreja para o discurso cristão... Mas, evidentemente, o estabelecimento de um cânon de arquitextos legítimos é objeto de um incessante debate entre os posicionamentos, cada um procurando impor seus próprios arquitextos e a interpretação que julga ortodoxa (MAINGUENEAU, 2000, p. 10). Para Maingueneau (2000, p. 9), a análise do discurso religioso não deve se restringir ao estudo de alguns textos, como por exemplo, os grandes textos

religiosos, ou de alguns tipos de textos privilegiados, como as produções teológicas para teólogos, pois, para apreender o funcionamento do discurso religioso, é preciso tomar como unidade de análise o conjunto dessa hierarquia, partir do princípio de que o discurso religioso recobre um espaço de produção profundamente heterogêneo. Desta forma, por exemplo, a alta teologia sempre se desdobrará em outros gêneros, menos nobres, que são imprescindíveis ao archeon: manuais litúrgicos, sermões dominicais, revistas de escola bíblica, entre outros. Como todo discurso constituinte, o discurso religioso mantém uma dupla relação com o interdiscurso, pois, por um lado, alimenta-se de outros textos mediante vários procedimentos (citação, apropriação, etc.), e por outro lado, se expõe à interpretação, à citação, ao reemprego, por parte de outros discursos (MAINGUENEAU, 2014, p. 71). Para o autor francês (2014, p. 72), o intérprete, neste tipo de discurso, é bem distinto de um simples leitor. Como destacamos acima, o texto não é um enunciado autossuficiente a que se somaria um intérprete. Ele só é um enunciado quando inserido em um dado quadro hermenêutico que, por sua vez, vem garantir que determinado texto deve ser interpretado. Isso implica que: i) o texto é digno de interesse, que é singular, extraordinário: por meio dele uma fonte transcendente envia uma mensagem; ii) essa mensagem trata de questões relativas aos fundamentos; iii) essa mensagem é necessariamente oculta; iv) há a necessidade de uma exegese, de uma “leitura” não imediata do texto, para decifrá-lo: o comum dos mortais não tem acesso direto a ele. Essa leitura implica, ao mesmo tempo, a) a existência de técnicas que constituam o objeto de uma aprendizagem; e b) uma relação privilegiada do leitor com a fonte do texto.

Ainda em relação ao texto que deve ser interpretado, há um debate recorrente que opõe aqueles que privilegiam a legitimação conferida pelo domínio das técnicas aos que privilegiam a experiência pessoal, o carisma (MAINGUENEAU, 2014, p. 72). Por força desse estatuto, é que a riqueza do sentido do discurso religioso pretende exceder a capacidade dos seus intérpretes, uma vez que há, no discurso religioso, aquilo que se pode chamar de “uma reserva essencial”, ou de “um déficit irreduzível” de toda interpretação concernente à interpretação da mensagem que, através do discurso religioso, a Fonte entrega ao comum dos mortais. Diante deste quadro hermenêutico: “É indispensável que o texto seja considerado primeiro para que se possa e se deva submetê-lo à interpretação, mas é igualmente indispensável que o texto seja submetido à interpretação para que se possa considerá-lo primeiro... Ele não se reconhecera cometendo um erro, só há intérpretes deficientes. Ele se beneficia assim de um estatuto que, em pragmática, se diria “hiperprotegido”: ele pode jogar livremente com as leis do discurso, sem que isso atinja seu prestígio, haverá sempre um esforço para restituir e preservar seu significante em sua ‘autenticidade’ Ele é monumento, o que permanece sempre acima da contingência dos intérpretes que à ele se agarram. Ele é menos opaco do que enigmático, tecido em seu enigma. Um texto que não é mais objeto de interpretação deixa de ser enigmático; é o acúmulo de interpretações que o torna cada vez mais interpretável e o põe cada vez mais fora de acesso” (MAINGUENEAU, 2000, p. 9). Neste ponto, em que a diversidade de discursos é mencionada, é preciso recordar quem pode e deve interpretar e comentar os textos sagrados, pois existe um conflito permanente entre duas instâncias de legitimação: os teólogos, legitimados pela formação nas línguas originais e pelos seminários; e os leigos, que reivindicam possuir uma relação

de experiência prática e pessoal com os textos. Assim, Maingueneau (2000, p.10) mostra que, no interior de uma hierarquia do discurso religioso, deve-se distinguir entre: 1) discursos primeiros (ou discursos fonte) e discursos segundos, e que, por sua vez, esta distinção “está na base das problemáticas acerca da vulgarização: de um lado os discursos que supõem produzir os conteúdos em sua ‘pureza’, do outro, os discursos que se limitariam a resumir, explicitar, etc., uma doutrina já constituída de cima” (MAINGUENEAU, 2000, p. 10); 2) Outra distinção seria entre discursos fechados e discursos abertos: discursos fechados são aqueles que os leitores são escritores potenciais ou efetivos de enunciados do mesmo gênero; e discursos abertos, são aqueles em que os leitores, em número muito mais restrito que os escritores, não estão em posição de escrever enunciados do mesmo gênero; 3) e, por fim, há a distinção entre textos fundadores e textos não-fundadores, que, segundo Maingueneau (2000, p. 10), “é uma distinção ambígua que designa tanto os textos de pretensão fundadora, quer dizer, os que se apresentam como tais, como aqueles que a posteridade julgou fundadores retrospectivamente em relação à história do pensamento”.

Conclusão

Os resultados de nossa pesquisa nos levam a afirmar que, mesmo não escrevendo especificamente sobre o discurso

religioso, ao escrever sobre discurso literário e discurso constituinte, Dominique Maingueneau fez uma grande contribuição para os estudos da área. Destacam-se as noções de discurso religioso como discurso constituinte, bem como as pretensões daí associadas a nível do interdiscurso, e também as noções de posicionamento, comunidade discursiva, mediação e inscrição do discurso religioso. Por fim, ao falar sobre hierarquia dos gêneros e o quadro hermenêutico faz importantes contribuições para os analistas de discurso. O campo de pesquisa é muito pode ser pensado.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado. Lisboa: Presença, 1974.
- MAINGUENEAU, Dominique. (1998). A cena de enunciação. In: Análise de textos de comunicação. Trad. Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. São Paulo, Cortez, 2001.
- MAINGUENEAU, Dominique. O discurso literário. Tradução de Adail Sobral. 2ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2014.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. A linguagem e o seu funcionamento: as formas do discurso. 6.ed. Campinas: Pontes, 2011.
